

"E NÓS A CHORAMOS COMO OS NEGROS" OU A LINGUAGEM POLÍTICA DE TIRADENTES

Tarcísio de Souza Gaspar
Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e historiador vinculado à
Prefeitura Municipal de Ouro Preto.*

Resumo: Este artigo investiga a linguagem política utilizada por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, personagem da Inconfidência Mineira de 1789.

Palavras-chave: revolta, vozes, linguagem política.

Abstract: This article investigates the political language used by José Joaquim da Silva Xavier, the Tiradentes, character the Minas' Conspiracy of 1789.

Keywords: revolt, voices, political language.

Este artigo pretende reconstruir e delimitar a *linguagem política* empregada por José Joaquim da Silva Xavier, o alferes Tiradentes, personagem-chave do episódio conspiratório deflagrado em Minas Gerais entre os anos de 1788 e 1792. A noção de linguagem política, cunhada por certa vertente da historiografia inglesa, identificada com a chamada “Escola de Cambridge” – que tem nos autores Quentin Skinner e John Pocock seus representantes mais conhecidos do público brasileiro – representa e abarca a renovação dos métodos e da própria epistemologia histórica quanto ao tratamento das idéias políticas.¹

Contrapondo-se às tradicionais correntes de “história do pensamento político”, “história das idéias” ou “história da filosofia” (que, apesar do nome, possuem tendências a-históricas e metafísicas), estes historiadores propuseram uma nova forma de compreender, analisar e classificar os textos políticos do passado. Segundo Pocock, a história do discurso ou das linguagens políticas caracterizar-se-ia pela reconstituição dos pensamentos políticos de atores e agentes, tal como eles se inseriam nos problemas específicos de suas épocas e contextos. Enquanto método eminentemente histórico, a premissa das linguagens políticas nasceu da necessidade de se conhecer o que um autor, de fato, “estava fazendo” quando escrevia ou falava.²

A noção de linguagens políticas implica na contextualização comparatista do universo político, capaz de estabelecer nexos e analisar a dinâmica de interação e repulsa entre os diferentes (e sempre conflituosos) discursos políticos, que venham a rivalizar em determinado momento histórico. O viés comparatista ocorre, sobretudo, através de dois procedimentos

propriamente ligados às linguagens políticas. Primeiramente, para se caracterizar o formato e o conteúdo de um discurso político articulado historicamente, é preciso recorrer à *tradição* do debate em que se forjam os termos e os problemas tratados sob modo discursivo. Esta *tradição* – entendida conforme explicitada por H.-G. Gadamer³ – implica reconhecer as matrizes e os desenvolvimentos sucessivos de certa linguagem, em sua forma de reprodução e/ou mutação histórica, cujas transformações podem variar de uma sociedade para outra. Por outro lado, uma linguagem política está exposta ao debate e aos ataques de suas concorrentes – sobretudo nos períodos Moderno e Contemporâneo, marcados por diferentes linguagens em disputa – elas próprias detentoras de *tradições* formuladas conflituosa e interativamente. Portanto, o recurso às linguagens políticas exige do historiador do pensamento político certo olhar periférico, que lhe permita distinguir, seja no interior de uma sociedade específica, seja na relação estabelecida entre diferentes conjuntos sociais, os itens discursivos articulados no vocabulário político e a mudança ou permanência de seus significados, sob ponto de vista histórico.

Investigando as práticas discursivas e a retórica oral de Tiradentes, o presente trabalho faz falar, de novo, as palavras do sujeito histórico. A partir do levantamento e da análise exaustiva de todas as falas que, proferidas pela personagem, vieram a figurar na documentação, foi possível recompor, de forma sequencial, os argumentos de uma linguagem política, que obedecia a certa lógica de encadeamento e funcionamento internos. O texto toma posição e discute a polêmica historiográfica sobre as “origens intelectuais” da Inconfidência Mineira, num plano geral, e do pensamento político de Tiradentes, em âmbito particular.

Um semi-clérigo:

O estalajadeiro João da Costa Rodrigues, dono de uma estalagem localizada na Varginha do Lourenço, no caminho que ligava os centros mineradores à cidade do Rio de Janeiro, foi obrigado a prestar depoimento na devassa. Fora chamado porque, algum tempo antes, ocorrera-lhe o infortúnio de haver hospedado em seu estabelecimento o alferes Tiradentes. A hospedagem em si não lhe teria causado maiores problemas se, nela, o famigerado falastrão não tivesse começado a expor, exaltadamente, perante João e mais alguns ouvintes, o seu descontentamento político. No depoimento prestado, o dono da estalagem conta aos juízes da devassa que:

depois deste encontro [com Tiradentes] alguns dias, passando também por sua casa o Capitão João Dias da Mota, lhe disse ele testemunha: “Vossa Mercê não sabe que há por cá valentões que se querem levantar com a terra?” Ao que respondeu o dito

Mota: “Quem serão eles?” E ele, testemunha, lhe tornou que era um *semi-clérigo* (o que lhe disse por graça, porquanto que era, na verdade, fora o dito alferes Tiradentes); ao que logo o referido Mota acudiu, dizendo: “Não foi outro senão o Tiradentes”, acrescentando que havia outras pessoas de mais qualidade.⁴

A designação dada “por graça” pelo estalajadeiro, qualificando Tiradentes enquanto um “semi-clérigo”, só não causa mais espanto que o fato de o capitão João Dias da Mota ter imediatamente adivinhado, por detrás do gracejo, a figura comunicativa de Joaquim José. Ao que tudo indica, o dono da estalagem utilizara-se da expressão com a finalidade de dizer que seu hóspede “valentão” falava demasiadamente. O capitão também parece compreender a mensagem da mesma forma. O Tiradentes falastrão era conhecido em Minas.

Contudo, a mensagem congregava ainda outros significados, nem de todo perceptíveis diretamente. Num sentido mais profundo, ao antepor a imagem dos “valentões que se querem levantar com a terra”, imputando-a depois à figura do “semi-clérigo”, o estalajadeiro estava – talvez, inconscientemente – associando entre si três ordens de idéias diferentes: primeira, a de que um dos “valentões” empregara métodos de fala que podiam ser comparados aos de um clérigo; segunda, a de que estes métodos clericais de comunicação eram passíveis de ser encontrados na boca de “valentões” amotinadores; e, terceira, a de que Tiradentes, ao juntar os métodos orais de pregação com o desejo de levante, transformara-se na imagem perfeita de um “semi-clérigo” – a palavra “semi” designando o fato de Joaquim José não ser realmente um eclesiástico. Através de tal associação de idéias, e tomando a brincadeira como ponto de partida, é possível avançar sobre alguns conteúdos históricos inscritos na linguagem oral de Tiradentes.

O estalajadeiro, ao desvendar o lado “semi-clérigo” da personagem, não só confirma que seu hóspede falava demais (como um clérigo em pregação), como também que o hábito de falar (em tom político de convencimento) atrelava-se à atuação dos representantes da Igreja. Para além do gracejo, a brincadeira evidenciava um substrato histórico muito importante na América Portuguesa, especialmente em Minas Gerais. Tanto a tradição lusa quanto a história da capitania do ouro aludem ao desempenho de clérigos na fomentação de motins junto à gente miúda – como ocorrera, para citar apenas dois casos, no contexto da Restauração Portuguesa de 1640 e nos Furores Sertanejos de 1736, em Minas. Os padres foram importantes nestas ocasiões porque, dentre outros motivos, souberam, por um lado, se utilizar de discursos orais de convencimento – quando se tratava de alimentar o ânimo rebelde – e, por outro, ajudaram a traduzir as formas de insatisfação populares (limitadas geralmente à tradição oral) em representações mais elaboradas no âmbito da escrita.⁵

Atente-se para a função política da linguagem oral. A oralidade operava mecanismo imprescindível ao relacionamento das pessoas. Nas situações de crise, este mecanismo assumia conteúdos políticos fundamentais. O debate de idéias, as críticas de momento, as polêmicas de governo eram assuntos discutidos e sociabilizados por meio de conversas orais, quase sempre veiculadas publicamente nas murmurações. Os padres e religiosos, habituados ao falatório do púlpito, empenhavam suas oratórias rebeldes. Já Tiradentes, ao se comportar como um “semi-clérigo”, tirava proveito do método. Num mundo onde as pessoas eram acostumadas a ouvir, o recurso à linguagem oral aparecia como ferramenta essencial de comunicação; e, por causa disto, o vocabulário de críticas encontrava-se submetido a todo um universo de boatos e de murmurações, sem o qual não seria possível perfazer o jogo político do Antigo Regime. Como salientou Laura de Mello e Souza, “numa época em que *ouvir* valia mais do que *ver*, os olhos enxergavam primeiro o que se *ouvira dizer*”.⁶

As palavras possuíam contexto e referencial. Existiam locais apropriados para a comunicação e Tiradentes movimentou-se por eles. São conhecidas suas incursões por espaços variados de sociabilidade. Uma testemunha afirmou ser público que Silva Xavier “andava falando por tabernas e quartéis”.⁷ Outra disse saber que o alferes “andara nesta vila, por casa de várias meretrizes, a prometer prêmios para o futuro, quando se formasse nesta terra uma república”.⁸ Igualmente, ouvia-se que o militar “pretendia excitar uma sedição e motim nesta capitania, chegando o seu desaforo a andar convidando sócios até pelas tavernas”.⁹

No que respeita às tavernas e casas de meretrizes, há fortes indícios de que as mesmas funcionassem como centros de circulação de idéias, principalmente de conteúdo subversivo, onde se tramavam, por exemplo, fugas de escravos, crimes comuns e outras atividades ilícitas. Acorria a elas toda sorte de gente: homens brancos, libertos, prostitutas, vadios, escravos – realçando-se a presença de militares, especialmente os de baixa patente. Os estabelecimentos eram tanto mais freqüentados quanto maior o período de madrugada mantido com as portas abertas: pela noite alta, acompanhando o consumo de álcool, os freqüentadores ganhavam soltura de língua e menor visibilidade. Propiciando encontros sexuais, negociatas escusas, ingestões etílicas ou intrigas pessoais, as tavernas e prostíbulos concediam vazão ao desembaraço dos formalismos, extravasando desregramentos sexuais, morais, políticos e sociais. Ali, “alguns planos de fuga, de liberdade, de trocas e aprendizado de estratégias, de sonhos compartilhados, de roubos, assassinatos, revoltas e motins” puderam ser organizados.¹⁰

Nas casas de alcouce, se travam laços de solidariedade entre os freqüentadores. É o

que se depreende de um relato a respeito de Tiradentes, segundo o qual o militar teria feito promessa a três meretrizes, augurando-lhes prêmios futuros. As mulheres a quem a promessa fora feita depuseram na devassa. Eram mãe e duas filhas – apelidadas, preconceituosamente, de “Pilatas”.¹¹ Tinham o interesse de que Joaquim José “concorresse para sentar praça de soldado na Tropa Paga” a um irmão das duas meninas. Segundo depoimento de José Vicente de Moraes Sarmiento, o conjurado respondera a elas que “deixassem estar, que brevemente se lhe assentaria praça, por que ele, dito alferes, estava para ser um grande homem”.¹²

Tiradentes foi, sobretudo, um comunicador urbano. Em Vila Rica, ele percorreu muitos espaços de sociabilidade, distintos uns dos outros. Sua presença em tavernas e alcouces indica familiaridade com o submundo da sociedade mineira. Mas, Silva Xavier não se limitou à marginalidade. Fez trânsito pelas ruas da vila, por residências de sujeitos proeminentes e por repartições institucionais. Frequentou, especialmente, o primeiro piso da casa do negociante João Rodrigues de Macedo, onde funcionava o cartório do contrato das entradas. Neste local, muitas pessoas se encontravam diariamente, por conta de pendências fiscais ou para o acerto de taxas do comércio, cotado nas entradas de mercadorias. No entanto, paralelamente a sua função oficial, o cartório do contrato também funcionava como um ponto de encontro e comunicação, que atraía todo o tipo de gente, desde comerciantes e mineradores, até homens bons, indivíduos que para lá se dirigiam no fito de conversar ou localizar alguma pessoa.

A residência de João Rodrigues de Macedo era a mais imponente construção civil de Vila Rica e, em seu interior, ao que tudo indica, ocorreram encontros secretos entre alguns inconfidentes. Contudo, com relação às sociabilidades comunicativas, a importância do cartório não se resume aos conciliábulos conspiratórios.¹³ Ali, muitos tópicos da opinião pública foram discutidos sem nenhuma reserva ou sigilo, e por pessoas alheias ao movimento rebelde. O valor contábil da derrama vulgarizou-se por meio dos cálculos de Vicente Vieira da Mota, funcionário do cartório. Grande parte das informações dadas por Basílio de Brito Malheiro, um dos denunciantes da conjuração, foi recolhida no local. Igualmente, Tiradentes pronunciou ali alguns de seus discursos políticos, entoados de maneira aberta aos ouvidos de todos os circunstantes.

O cartório do contrato simboliza espaço de comunicação tipicamente urbano. Embora perdesse força em fins do século XVIII, o ambiente citadino de Minas Gerais ainda mantinha sua forma social característica, marcada pelo estilo de vida próprio, com relacionamentos dinâmicos, visitas pessoais constantes, lugares de debate e pontos de encontro. Semelhantes à casa de João Rodrigues de Macedo, existiam em Vila Rica e nas demais vilas muitos locais de

comunicação, principalmente aqueles de fundo comercial, como lojas e mercados. Estes estabelecimentos também reuniam muita gente, tanto para o trato profissional quanto para encontros informais.¹⁴

A complexidade do espaço urbano de Minas era grande o bastante para ensejar estigmas e diferenciações simbólicas entre os lugares de comunicação. Isto é particularmente evidente quanto às tavernas e casas de alouce. Sobre estes locais, pairava o estereótipo: seus freqüentadores eram tidos por pessoas de menor qualidade, desregradas ou criminosas. Mas, os estigmas se estendiam a espaços variados. Por exemplo, o cartório do contrato em Vila Rica podia reunir homens poderosos e benquistos da sociedade; porém, no lado de fora dele, a ponte que o margeia lateralmente era ponto de encontro visto com reserva. Para Basílio de Brito Malheiro, as pessoas que ali permaneciam em conversa não possuíam boas qualidades, “porque na dita ponte não costumava ajuntar-se gente séria”. Embora o cartório e a ponte vizinhassem de poucos metros, eles se distinguiam simbólica e socialmente. Seus freqüentadores tinham origens diversas, segmentados segundo suas posições na sociedade.¹⁵ Tiradentes alugava casa próxima aos dois pontos de encontro.

Silva Xavier também freqüentou assiduamente os pousos e as estradas do Caminho do Rio. O trajeto, que interligava dois dos principais pólos econômicos da América Portuguesa, era talvez a rota terrestre mais transitada da colônia. Conseqüentemente, notícias e informações circulavam por aqueles caminhos, refazendo de boca em boca o amplo circuito de comunicações dos viandantes. Tão logo soube das desordens em Minas, o vice-rei advertiu o perigo de que, “pela vizinhança e relação contínua de comércio, se possa comunicar [de Minas para o Rio] este tão grande mal”.¹⁶

As falas de Tiradentes parecem ter sido ali transmitidas e retransmitidas como tentáculos a percorrer as pousadas e pontos de encontro das pessoas. Quem lê nos *Autos* as referências sobre as comunicações feitas por Joaquim José a caminho do litoral fica com a impressão de que seria impossível alguém conversar tanto, com tantas pessoas e em tantos lugares diferentes. São pousos, fazendas, estalagens, ranchos de abrigo do sol, registros fiscais e muitos outros locais a servir de cenário para os diálogos. O depoimento do pardo Victoriano Gonçalves Veloso confirma este conteúdo, quando afirma saber, por ouvir dizer, que o militar “havia falado a quase todos os moradores da estrada do Rio de Janeiro, como era constante”.¹⁷ Também a testemunha Teotônio Maurício de Miranda soube que a personagem, enquanto viajava para a capital da colônia, “tomou a sua conta ir semeando alguns discursos suasórios das conveniências deste país.” O alferes tomara a liberdade de comunicar publicamente a sua inquietação, “alargando-se e convidando algumas pessoas, a quem persuadia dos seus

intentos, e a quem se encaminhavam aqueles discursos”.¹⁸

Tais práticas, vistas com escândalo pela população, motivaram intensos burburinhos, revelando a “desenvoltura e liberdade com que tinha vindo a falar pela estrada, e ainda continuava, aquele dito alferes”.¹⁹ Uma voz pública passou a veicular “as notícias gerais das liberdades e despropósitos que o mencionado alferes viera espalhando desde o Rio de Janeiro – onde tinha residido por largos tempos – por toda a estrada”.²⁰ Para além das comunicações pessoalmente realizadas por Tiradentes, a elaboração anônima dos boatos se encarregou de fazer chegar as mensagens aonde ele não conseguira passar. Tanto na direção dos centros mineiros quanto rumo ao Rio, o “ouvir dizer geralmente” fez transitar de um pólo ao outro do caminho a novidade de que Silva Xavier andava espalhando discursos relativos a um motim. Desta feita, “as notícias, verdadeiras ou falsas, propagavam-se de albergue em albergue”, num movimento rapidamente difundido nas conversações.²¹

As estalagens e pousadas rurais, postas às margens das estradas, eram pontos de encontro importantes, para onde convergiam tipos sociais variados. Estes estabelecimentos constituíam um meio-termo entre as fronteiras urbanas e rurais da colônia. Viviam da pujança econômica que interligava as regiões do Brasil. O tráfego de pessoas, seguindo o movimento de tropas e de mercadorias, fornecia hóspedes e consumidores para os comerciantes de caminho. As estalagens abrigavam toda a sorte de gente. Tropeiros, caixeiros e negociantes possivelmente constituíam a clientela principal. Mas, também pernoitavam nelas pessoas alheias ao movimento comercial ou abastecedor. Funcionários, fazendeiros, mineradores, militares e simples viandantes acorriam às pousadas.

Cotidianamente, pobres e ricos podiam se encontrar no mesmo estabelecimento, embora os primeiros suportassem mal os preços da hospedagem e da alimentação. Sabemos que Tiradentes, na viagem que fez de volta a Vila Rica, em dezembro de 1788, ia acompanhado de Antônio de Oliveira Lopes, um medidor de terras, pobre, que não tinha dinheiro para pagar sua própria hospedaria e sustento. Silva Xavier supria as contas do companheiro e bebeu com ele um cálice de vinho ou aguardente, brindando a ocasião com discurso em que praguejava a miséria de Minas e a ladroagem dos governadores.²² Na mesma estalagem, ainda hospedava-se um moço do Serro, não identificado, miserável e “muito mal tratado, porque conduzia um saco às costas e vinha descalço”.²³

Os sermões de um semi-clérigo:

Tiradentes concentrou seus discursos sobre três temas, sistematicamente repetidos nas conversas que travou com as pessoas. O primeiro deles elogiava as belezas, riquezas e

potencialidades da capitania de Minas Gerais – realçando principalmente a abundância de ouro e de diamantes – sempre contrapostas à situação paradoxal de pobreza, vivenciada pelos súditos mineiros. O segundo tema pode ser resumido em suas queixas sobre a atuação dos governadores da capitania. E, por fim, o alferes Joaquim José juntou, aos dois elementos anteriores, a idéia de um levante, enquanto meio de se reverter o quadro de pobreza e vexação, para restituir a riqueza.

Devido às freqüentes reiteraões dos mesmos assuntos – para não dizer das mesmas palavras –, é possível supor que tais temáticas formassem o centro das preocupações comunicativas de Tiradentes, na conjuntura de 1789, de onde ele poderia (como pôde) encadear ou criar novas mensagens, relativas a assuntos diversos, porém, sempre interpretados a partir deste centro. Por conseguinte, para compreender melhor sua linguagem, será necessário recortar tais assuntos, analisando-os separadamente, a fim de entender como ele os encadeava, como compunha seu enredo discursivo através de uma lógica própria, capaz de imprimir um sentido mais claro em torno de seu pensamento político.

O primeiro tópico discursivo explorado por Tiradentes encaminhou-se no sentido de afirmar a riqueza de Minas Gerais. A noção de fausto ocupou, *sempre*, a porta de entrada para o seu enredo político. Silva Xavier descreveu uma capitania transbordante de preciosidades mineralógicas. Foram inúmeras as maneiras pelas quais a temática encontrou vazão. As Minas apareciam em suas explanações como país “rico”, “riquíssimo”, dourado em metais e assobradado de pedras. Podia-se ouvir e ver que o alferes exagerava “a beleza, formosura e riqueza deste país de Minas Gerais, asseverando que era o melhor do mundo, porque tinha em si ouro e diamantes”.²⁴ Estava dado o mote, a partir do qual a linguagem de Tiradentes desenvolver-se-ia.

É difícil precisar até que ponto a personagem atribuía a riqueza de Minas apenas à existência de ouro e diamantes. É certo, contudo, que mencionou outras justificativas. Um delas dizia respeito à fertilidade do solo mineiro. Mas ainda assim a expressão esteve desprovida de clareza: ao mesmo tempo em que “fertilidade” podia aludir à proficiência da terra na produção alimentícia, a noção também se aproximava da abundância mineral. Perceba-se a ambigüidade de assertivas que qualificam Minas como local “fertilíssimo e riquíssimo em tudo”, “terra da maior utilidade”.²⁵

Igualmente foram dúbias as referências sobre os demais ramos produtivos da capitania, a exemplo das atividades agro-pastoris, ou mesmo possíveis componentes alusivos à “indústria”. Conversando com Antônio de Oliveira Lopes, Tiradentes afirmou que a região “tinha em si muitos gêneros para a sua subsistência, como eram os algodões, muito ferro, ouro

e diamantes”.²⁶ Como se sabe, a produção algodoeira, que então atingia seu ápice no Maranhão, fizera proliferar o surgimento de manufaturas na América portuguesa. Entretanto, o alvará régio de 1785, que intentava proteger o comércio exportador de têxteis indianos, via Portugal, proibiu a atividade no Brasil. Minas Gerais teve alguns teares aprisionados.²⁷ Quanto à menção ao ferro, é conhecida a extrema dependência em que ficavam os trabalhos da mineração em relação aos objetos e instrumentos fabricados com o metal. Alguns anos antes, dom Rodrigo José de Meneses elaborara memorial sobre as causas da “decadência” da capitania, propondo à coroa a prospecção e a abertura de fundições férricas nas Minas.²⁸ Entretanto, é preciso corrigir certas deduções da historiografia, que não hesitou enxergar na demanda pelo ferro um suposto projeto de industrialização, que teria sido almejado por Tiradentes.²⁹ Ao que tudo indica, a referência ao ferro limitava-se, única e exclusivamente, a requerer montagem de ramo subsidiário da mineração, que lhe fornecesse os materiais imprescindíveis para a extração aurífera.

A noção de riqueza demonstrou-se ambígua em outras conversas. No Rio, Tiradentes diria ao Ajudante João José Nunes Carneiro que “o país não só era fértil em ouro e pedras preciosas, mas também de todo o necessário que quisesse a *indústria*”.³⁰ (note-se a idéia de fertilidade aplicada à extração e à “indústria”). O caixeiro Vicente Vieira da Mota ouviu-lhe engrandecer “a riqueza desta capitania, por ter diamantes, ouro e produzir com pouco trabalho muitos mantimentos; que só lhe faltava ter *fábricas* para não precisar de coisa alguma vinda da Europa”.³¹ Perante outro interlocutor, Silva Xavier defendeu que Minas era “país rico de tudo”.³² Ao tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, disse que “as Minas eram um país, como não havia outro, que tinham todas as riquezas em si, e que não precisavam doutro país para a sua subsistência”.³³

Certifique-se o significado de alguns termos-chave. No século XVIII, palavras como “indústria” e “fábrica” tinham conotações diferentes das que possuem atualmente. Conforme advertiu Fernando Novais, o vocabulário produtivo português desconhecía a idéia de “maquinofatura”, que só veio a se fixar algum tempo depois, com a implantação do capitalismo industrial. Recorrendo a um dicionário de época, o historiador argumenta que as noções de “fábrica” e “manufatura” possuíam conteúdos próximos e ambivalentes.³⁴ O dicionarista Raphael Bluteau definia fábrica como “casa ou oficina em que se fabricam alguns gêneros, v. g, panos, tabacos”; ou ainda: “arte, artifício, labor, feito”. Já a palavra indústria remetia à “destreza em alguma arte”. É também instigante a descrição do adjetivo “fabril”: “coisa de oficial mecânico”.³⁵

Aparentemente, quando menciona a necessidade de “fábricas” ou propala a riqueza

que se oferecia à “indústria”, Tiradentes referia-se às manufaturas, aos ofícios mecânicos e aos trabalhos artesanais, que sempre abundaram em Minas. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o ambiente econômico da capitania fez proliferar, durante o século XVIII, uma extensa rede de serviços manufaturados e artesanais. Os ofícios mecânicos teriam obtido ali maior liberdade de desenvolvimento, apoiados na pujança econômica que o ouro proporcionava.³⁶ Entretanto, é possível que algumas atividades manufatureiras tenham saído prejudicadas com o alvará de 1785.³⁷ Este universo conceitual flutuante, aliado à complexidade da situação sócio-econômica de Minas, torna difícil definir o que, de fato, Tiradentes queria dizer com seus discursos sobre a riqueza.

Mas, uma coisa é certa: seu pensamento neste campo revelou-se, internamente, contraditório. Para Silva Xavier, o ideal de auto-suficiência de Minas, reflexo de uma economia extremamente diversificada, encontrava-se atrelado, ainda, sobre a base mineral. Quando se nota o conjunto de suas falas, fica evidente que os diamantes e, principalmente, o ouro subsidiavam a maior parte das inferências de riqueza. A fonte mineralógica parece apoiar suas assertivas econômicas. Ele próprio a menciona em várias conversas, de maneira repetitiva, quando desejava reportar-se às “conveniências” locais.³⁸ Diz, por exemplo, a José de Vasconcelos Parada e Souza “que este país de Minas Gerais era riquíssimo”, por conta de “tanto ouro que nele se extrai”.³⁹ Da mesma maneira, expõe a José Antônio de Melo sobre este “país de Minas”, de onde se extraía “tanto ouro e diamantes”.⁴⁰ Como ápice de tal raciocínio, Tiradentes utilizara a impactante metáfora de Minas como o “tesouro da Europa”;⁴¹ tesouro este tão extraordinariamente rico que, dele, “se podiam calçar as ruas de ouro”.⁴² Como alegoria, pode-se entrever nestas proposições aquilo que Capistrano de Abreu generalizou para o sentimento dos brasileiros, após três séculos de colonização: “um entusiasmo estrepitoso” pelas riquezas naturais.⁴³

Todavia, o otimismo mineralógico de Tiradentes possuía sua nuance particular. Em todos os diálogos em que a temática da riqueza torna-se explícita, nunca a personagem vacila na convicção de que as terras auríferas ainda contivessem muita substância metálica. Para o alferes, o ouro das Gerais não se esgotara, nem diminuiria, mas, ao contrário, mantinha-se copioso e promissor. Tal perspectiva econômica, curiosa porque atípica naquele último quarto do século XVIII, chocava-se frontalmente ao pessimismo econômico, tantas vezes reiterado pelos órgãos fazendários e administrativos da capitania. Enquanto discurso recorrente durante toda a centúria, o esgotamento do ouro foi argumento sistematicamente utilizado, por exemplo, pelas câmaras de Minas, a partir da década de 1760, quando míngua a contribuição do quinto real. Desde então, o panorama de decréscimo aurífero forcejou uma nova atitude

conceitual em relação às perspectivas econômicas da capitania. O discurso da “decadência” se generalizou.⁴⁴

Esta argumentação pode ser exemplificada na carta enviada pela câmara de Vila Rica ao Visconde de Barbacena, datada de agosto de 1789, em resposta comemorativa à suspensão da derrama. O senado ouro-pretano imputou à falência da extração aurífera e à escassez do ouro os motivos responsáveis pela diminuição do quinto. Tornara-se óbvia a “falta do ouro; não o há porque a terra se tem parado avara em possuí-lo”. Assim sendo, a idéia de que as Minas ainda tivessem ouro suficiente “mais parece desvario do que pensamento sério”.⁴⁵

Em geral, se pensa que a metrópole estivesse com opinião isolada, ao defender que o ouro de Minas não se esgotara. Mas, aparentemente, algumas pessoas nativas da colônia também anuíam posição idêntica. De forma curiosa, Tiradentes está entre elas. Decerto, o emprego deste vocabulário distancia a personagem do discurso adotado pelas câmaras de Minas. Em nenhum momento, Tiradentes articula argumentos semelhantes à retórica da decadência. Isto implica reconhecer que Joaquim José não partilhava da postura econômica defendida pelas elites que governavam a capitania. Seja como for, embora muito pouco se conheça das opiniões econômicas difundidas em Minas, é preciso frisar este contraste: Silva Xavier não dialogou linguagem próxima à das câmaras, o que o diferenciava da retórica da decadência, tópico caro às elites mineiras.

Em seqüência, a temática da abundância permitiu que Tiradentes amparasse melhor sua concepção de ruptura política. Baseando-se na riqueza e na fertilidade de Minas, Silva Xavier argumentou, em algumas ocasiões, que “por estes motivos” a terra “podia bem ficar independente”.⁴⁶ Através de junções deste tipo, iniciava-se a escalada discursiva em direção à revolta. Antepondo motivos e temas, e articulando-os entre si, o rebelde construía pontes de ligação no interior de sua retórica política.⁴⁷

Junto à percepção da abundância mineral, Tiradentes parece ter se interessado também pela observação das potencialidades populacionais de Minas. Aqui surge a famosa imagem do alferes a caminhar vorazmente pelas ruas de Vila Rica, munido de “uma lista de todas as almas que tem esta capitania”, a qual “trazia na algibeira e a mostrava sem temor”. Segundo afirmou a delação de Basílio de Brito Malheiro, Tiradentes estimava o contingente populacional de Minas em torno de “quatrocentas mil pessoas, divididas pelas suas respectivas classes, brancos, pardos, e negros, machos e fêmeas”.⁴⁸ A lista demográfica, adquirida junto a José Joaquim da Rocha, foi a fonte de onde o conjurado retirou sua convicção em torno da grandeza e da diversidade populacionais da capitania. Este postulado o levou a defender a idéia correlata de que Minas “tinha muito povo”.⁴⁹ Em suas comunicações

orais, o contingente demográfico acompanhou o raciocínio relativo à riqueza local. O tema será articulado também junto à idéia do levante. Tal conexão irá habilitá-lo a ancorar o projeto da revolta com base nas contas populacionais, “pois havia no povo da dita capitania grande número de brancos, mulatos e negros (...) e que seria, em semelhantes circunstâncias, fácil o dito levante”.⁵⁰

Entretanto, ao mesmo tempo em que enfatiza a abundância aurífera e populacional de Minas, Tiradentes ensejou em seus discursos a dimensão contrária deste fausto. O tema da riqueza era utilizado apenas como uma espécie de introdução, cuja seqüência apontava na direção oposta. Para Silva Xavier, não obstante a existência de “todo este povo” e de “tanto ouro e diamantes”, a realidade de Minas demonstrar-se-ia pobre e miserável. Muitas foram as palavras empregadas para designar este estado de coisas. “Pobres”, “famintos”, “infelizes”, “aflitos”, “desesperados”, “açoitados”, “sopeados”, eram alguns dos adjetivos pronunciados pelo alferes, para caracterizar a situação dos habitantes da capitania.⁵¹ Por outro lado, a própria terra mineira apresentava-se em seus discursos como “desgraçada”, “assolada”, “especulada”, “arrazadíssima”, “miserável”.⁵² Ao destacar estes conteúdos, Joaquim José articulava o tema do pauperismo mineiro, item muito sensível na história da capitania, só recentemente desmascarado pela historiografia.⁵³

No entanto, mesmo o tópico da pobreza, que lembrava alguma coisa da retórica da decadência, foi empregado de maneira particular. Tiradentes não justificou suas assertivas de pauperismo recorrendo à escassez de ouro. Sua explicação era diferente. Para ele, a miserabilidade das Minas tinha outros motivos, e daí advinha a segunda temática constituinte de sua linguagem oral: a maledicência em torno dos governadores. Para falar sobre a pobreza, Tiradentes se utilizou freqüentemente de certas críticas à atuação dos generais de Minas. Além de contundentes e desrespeitosas, tais críticas apareciam sempre como forma de explicar, por meio das atitudes dos governadores, o motivo pelo qual a pobreza de Minas estaria acontecendo. A testemunha Pedro Afonso Galvão relata ter ouvido o Tiradentes dizer “muito mal dos Excelentíssimos Generais, que só cuidavam em se enriquecer e que o país ficava sempre infeliz, sendo o mais delicioso e opulento”. Ademais, “falava mal de todos, e ainda dos Excelentíssimos Senhores Generais”.⁵⁴

Nos *Autos*, há algumas alusões ao fato de que, já no governo de Luís da Cunha Meneses, Joaquim José andara espalhando seu descontentamento político, dizendo mal daquele que deixara a capitania “carregado de dinheiro”.⁵⁵ O colega de farda, Matias Sanches Brandão, conta que seu companheiro miliciano “se não poupava a dizer mal, como fazia continuamente, do Excelentíssimo Senhor Luís da Cunha, governador que foi desta

capitania”.⁵⁶ Mas, com certeza, o maior número de informações sobre suas maledicências condensam-se sob o governo do Visconde de Barbacena. Aparece aqui, já em formulações precisas, a idéia de que os governadores se dirigiam para Minas, munidos do melindroso desejo de se enriqueceram a si próprios, e aos seus fâmulos, custeados, nisto, pela riqueza local. Diversos discursos ressaltam este conteúdo, mencionando o lamento de que os capitães-generais “vinham aqui enriquecer e aos seus criados”.⁵⁷ No parecer do alferes, assim como Cunha Meneses se fora embora carregado de dinheiro, “aí vinha outro fazer o mesmo”.⁵⁸

O denunciante Basílio de Brito Malheiro observou que, logo ao início do mandato de Barbacena, percebeu em Tiradentes “grande descontentamento” com o governador.⁵⁹ José Aires Gomes ouviu Silva Xavier se queixar do Visconde, que “antes fosse o diabo, e ainda pior que o Excelentíssimo Luís da Cunha”.⁶⁰ Para Joaquim José, os objetivos da administração governamental resumiam-se ao enriquecimento ilícito dos funcionários régios, à custa das riquezas da capitania. Indignado com o sistemático saque financeiro dos governadores, a personagem inquietava-se com a rotina de que, “de três em três anos, vem um e leva um milhão, e os criados levam outro tanto”.⁶¹ O item foi cristalizado em sua linguagem oral através da seguinte fórmula discursiva:

as Minas estavam perdidas, e que os Governadores vinham enviados de Portugal para acabrunharem os homens e nunca os deixar levantar a cabeça, e que cada Governador que vinha, ia cheio, e que cada três anos vinha um com máquina de criados, indo todos cheios de dinheiro, e os Ministros da mesma forma, sendo os filhos de Portugal os senhores de todo o ouro que se tirava nesta terra, e que assim que estavam cheios se iam embora ficando sempre esta terra miserável, pois tudo saía dela.⁶²

Esta cláusula de insatisfação parece ter sido corroborada, ademais, pelo boato que pesava sobre Barbacena, conforme o qual o governador, mal entrado no cargo, era acusado de retirar, gatunamente, dos cofres da capitania, a quantia de quarenta mil cruzados – “que é o soldo de três anos” – enviando-a para Portugal.⁶³ O Visconde, ao que tudo indica, deixara no reino algumas dívidas e, uma vez em Minas, vislumbrara a possibilidade de saldar suas antigas pendências financeiras. No entanto, a precária situação dos nobres portugueses que se aventuravam no ultramar durante o século XVIII não foi compreendida serenamente pela linguagem do conjurado. Além da já referida maledicência sobre os saques financeiros, ele ainda ajudou a difundir o boato de que Barbacena trouxera consigo ordem expressa no sentido de empobrecer os mineiros. É o que testemunha o capitão Vicente Vieira da Mota, relatando na devassa que

ouvira dizer ao referido alferes Tiradentes que o Excelentíssimo Senhor Visconde

General trazia por formais instruções do Excelentíssimo Senhor Martinho de Melo e Castro para não consentir que nestas Minas houvesse homens que tivessem mais de dez mil cruzados de seu, e que, havendo-os, usasse toda a política e arte para lhes fazer gastar, ou os arruinasse, cuja temerária notícia se fez então de tal sorte pública que ele, testemunha, a ouviu a muitas pessoas.⁶⁴

Perceba-se o encadeamento lógico dos argumentos. A maledicência a respeito dos governadores encaixava-se como tópico fundamental da retórica política de Tiradentes. Os desregramentos governamentais explicavam a situação de pobreza. O estalajadeiro João da Costa Rodrigues ouviu seu hóspede postular a riqueza das Minas (que “tinham em si tudo quanto era preciso, ferro, aço, ouro e diamantes”); abundância esta que, não obstante, estava sendo desgastada pela atuação dos funcionários, pois “vinham os generais, e os ministros, que traziam criados, a quem davam as melhores ocupações; e que eles e os seus criados levavam para Portugal o cabedal das Minas”.⁶⁵ Em sua inquirição, o próprio Tiradentes confessou ter falado sobre a vantagem que a terra teria caso “ficasse livre dos governos, que só vem cá ensopar-se em riquezas de três em três anos, e quando eles são desinteressados, sempre têm uns criados, que são uns ladrões”.⁶⁶ Para Silva Xavier, o Visconde de Barbacena, mais recente general, não escapava à regra de mau-governo, e também ele “vexava os povos”.⁶⁷ Durante os arranjos conspiratórios, Tiradentes explanara seu discurso seqüencial, “lembrando as belezas do país, e as opressões dos governos e o que se esperava na próxima derrama, o que se podia evitar se se pusesse em execução a conjuração”.⁶⁸

Não só os generais foram alvo de sua fúria. Os ministros, funcionários e fâmulos da burocracia também sofreram difamações. A uma pessoa que suportara perseguições do ouvidor do Rio das Mortes, Luís Ferreira de Araújo, Tiradentes aproveitou a deixa: “boa ocasião de botarmos estes diabos daqui para fora, porque vêm aqui roubar-nos a terra”.⁶⁹ Em um discurso citado acima, Silva Xavier fizera referência explícita a Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Ultramar, acusando-o de formular projeto de empobrecimento dos vassalos mineiros. O ódio que dedicou aos burocratas podia ser maior que o rancor dos generais. Conforme o próprio Tiradentes confessou em depoimento, quando os inconfidentes planejavam a morte de Barbacena, ele dera voto contrário, alegando que, se fossem matar alguém, escolhessem antes “o Cabeça de Escova, denominando assim ao ajudante-de-ordens Antônio Xavier de Resende, por andar com setecentos negócios logo que chegou”. Segundo informações recolhidas por Herculano Gomes Mathias, o funcionário era malquisto em Minas, por se envolver em negociatas escusas.⁷⁰ Para Joaquim José, os agentes da monarquia, conjuntamente aos governadores, atuavam como “esponjas”, sugando a riqueza da capitania. Um de seus mais famosos discursos alude ao raciocínio:

era pena, que uns países tão ricos como estes estivessem reduzidos à maior miséria, só porque a Europa, como esponja, lhe estivesse chupando toda a substância, e os Exmos. Generais de três em três anos traziam uma quadrilha, a que chamavam criados, que depois de comerem a honra, a fazenda, e os officios, que deviam ser dos habitantes, se iam rindo deles para Portugal.⁷¹

O postulado é polêmico e precisa ser nuançado. Em geral, a historiografia a respeito de Tiradentes e da Inconfidência deu ênfase à primeira sequência da frase, ignorando o significado do trecho restante. Afirmou-se, portanto, que o discurso do alferes levantava crítica à remessa de lucros coloniais para o velho mundo, desmascarando ponto nevrálgico do Antigo Sistema Colonial.⁷² No entanto, a retórica necessita ser contextualizada em seu conjunto. Levando-se em conta o arranjo de argumentos veiculados pela personagem, a coerência interna deste discurso remete a outro significado, que tinha a ver com a explicação acerca da miséria. A pobreza de Minas possuía, para Tiradentes, origem certa e manifesta, posto fosse causada pelos abusos e negociatas da burocracia portuguesa, instalada em Minas e na Europa. Embora se possa dizer que o raciocínio aproximava-se dos percalços políticos do sistema colonial, a crítica, em si, não recaía exatamente sob a transferência de divisas americanas, base sistêmica da colonização.

O problema parecia, mesmo, ser outro. Um imenso conjunto de falas assim o demonstra. Pelas ruas de Vila Rica, Tiradentes propalou que “todo este povo” de Minas era “açoitado por um só homem”, referindo-se ao Visconde de Barbacena.⁷³ Dirigindo-se ao padre Manuel Rodrigues da Costa, fez-lhe “uma larga dissertação da riqueza daquele país [de Minas] e dos vexames que os Generais, e seus criados faziam aos povos”, concluindo que, “se ele, alferes, pudesse, que havia de pôr a mesma terra livre da sujeição da Europa”.⁷⁴ A José Aires Gomes propugnou que “estes generais, não vinham cá senão a buscar dinheiro”.⁷⁵ Reparando-se na ordem dos argumentos e na insistência repetitiva dos temas, é possível depreender o seguinte: o argumento, através do qual a pobreza justificava-se e adquiria coerência, não advinha de uma crítica que, em abstrato, atacasse os princípios político-econômicos do mercantilismo reinol e do sistema colonial. O ponto fulcral concentrava-se muito mais na corrupção do modelo governativo local, marcado por vícios e injustiças. Governadores que enriqueciam com o mandato, funcionários que protegiam clientes ou envolviam-se em negociatas, ministros que praticavam abusos jurídicos, impostos extorsivos – eram tópicos latentes de sua linguagem rebelde, articulados de molde a providenciar motivos que encaminhassem a temática da miséria. Nesta retórica, havia, de fato, um pensamento teórico, de virulência sistêmica. Mas, definitivamente, ele não reconhecia o exclusivo comercial ou a transferência de divisas. Ao contrário, a extração de riquezas

americanas e a sua remessa para a Europa foram assuntos sentenciados, em abstrato, através de outra regra. Para Tiradentes, o item verdadeiramente sistêmico da realidade colonial residia no entesouramento individual e normativo, praticado de maneira assídua por todos os governadores e por todos os funcionários que, “de três em três anos”, chegavam às Minas, para depois abandoná-las cheios de dinheiro.

Conquanto, se até aqui os dois temas propalados por Tiradentes anunciam, de um lado, a consciência em torno das riquezas e pobreza da capitania e, de outro, a explicação desta última através das ganâncias extrativas dos funcionários, a linguagem oral do futuro condenado completar-se-ia na invocação desabrida de um levante contra o domínio português.

Provocado a se explicar sobre seu desejo de levante, Tiradentes teria dito certa vez: “não diga levantar, é restaurar”; “isto não é levantar, é restaurar a nossa terra; que fazem de nós negros”.⁷⁶ Na historiografia, estas palavras muitas vezes provocaram dúvida e incompreensão.⁷⁷ Afinal de contas, qual teria sido o significado da restauração imaginada pelo conjurado? Responder esta pergunta com precisão é tarefa impossível. No entanto, para aventar hipóteses plausíveis, é forçoso recorrer aos próprios discursos de motim propalados pela personagem. Este caminho levará à conseqüente percepção de que, nos diálogos em que a idéia de levante aparece, Tiradentes sempre procurou mesclar os dois temas anteriores de sua linguagem oral à proposição final, anunciadora da revolta. É o que se depreende de mais um de seus célebres discursos, cuja seqüência temática vai dos abusos governativos, passando pela pobreza, até chegar à idéia conclusiva da sublevação:

Ora aqui tem todo este povo açoitado por um só homem, e nós a chorarmos como os negros, ai, ai; e de três em três anos, vem um e leva um milhão, e os criados levam outro tanto; e como hão de passar os pobres filhos da América? Se fosse outra nação já se tinha levantado.⁷⁸

Longe de ser involuntária, tal lógica de encadeamento dos temas pode desvendar as bases sobre as quais Silva Xavier apoiara sua concepção de motim restaurador. Isto fica claro quando, por exemplo, se atenta para os pontos culminantes de suas falas sobre a riqueza de Minas. Certamente, não será fortuito ouvir Silva Xavier alongando-se sobre o fausto mineralógico da capitania, sobre a pobreza momentânea da população, para só depois concluir, dizendo “que tempo viria em que acontecesse alguma sublevação, e escusariam os moradores de sofrer derramas e outras imposições, e de aturar ministros que faziam insolências a terra”.⁷⁹ O testemunho de Francisco Xavier Machado alimenta a mesma concepção na medida em que “sempre lhe ouvia ao dito Joaquim José exagerar a beleza, fertilidade e riqueza do país de Minas Gerais, e que por estes motivos podia bem ficar

independente”.⁸⁰ Para o propagandista, a sublevação vinha como meio de restaurar uma antiga situação de riqueza, que estaria sendo consumida pelas insolências de ministros e pela imposição de derramas. Já embutida nestas passagens, a atuação nefasta dos governadores e dos agentes administrativos também corrobora justificativas para a revolta. Quanto aos abusos governativos, Tiradentes indagava: “nós havemos de estar aturando isto? Já não pode ser”.⁸¹ Em sua visão, “não havia cá necessidade de Generais”.⁸² Defendia “que nós muito bem podemos passar sem eles”, cabendo, assim, a revolta como meio de “pô-los no inferno e ficarmos livres deles”.⁸³ O levante surgia enquanto mecanismo para findar os abusos dos dirigentes de Minas. Espécie de expurgo sagrado em que se buscasse a extirpação dos males e a restituição da antiga riqueza, a insubordinação incutia-lhe ânimo de “paixão” amotinadora, na defesa da qual “chegava a chorar”.⁸⁴ Transcreviam-se as vias de um “fanatismo”, ao mesmo tempo político e religioso, que o catolicismo tradicional de Cláudio Manuel da Costa medrosamente percebeu.⁸⁵

Portanto, as falas de Silva Xavier se encaminharam através da seguinte ordem expositiva: 1- Riqueza, fertilidade e população que tornavam Minas um grande “país”; 2- situação momentânea de pobreza e miséria; 3- governadores e funcionários que especulavam com a economia local, retirando-lhe as riquezas; 4- proposta de revolta, como recurso imprescindível à revitalização da capitania, restaurando suas potencialidades; 5- separação de Minas dos domínios do império português. Esta sequência de argumentos, quase sempre obedecida por Tiradentes de forma rigorosa, foi captada com perfeição pelos juízes da devassa. O escrivão José Caetano César Manitti catalogou os indícios de culpa imputados ao réu:

*Não admite a menor contestação, segundo o que se deduz de todo o processo e seus apensos, que o Alf. Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes [...] persuadindo e exagerando a uns a beleza, comodidades e riquezas deste país, que podia ser independente; a outros, as opressões dos governos e ministros; afetando a todos o abatimento e indigência em que jaziam, entretanto que estavam presenciando saírem todos os anos para a Europa os tesouros da América; excitando o povo com a dureza e impossibilidade do pagamento da derrama que estava iminente; e odiando, finalmente, o nome e feliz governo de V. Excia. [Visconde de Barbacena] com as capciosas invectivas que dos Autos se depreendem, adaptadas todas ao detestável fim que se propunha.*⁸⁶

A idéia de restauração não era incoerente com as demais passagens da retórica política de Tiradentes. O discurso regressista, quando encadeado na sequência argumentativa que o alferes obedeceu, ganha novo significado. Decerto, sua organicidade terá de ser explicada. Silva Xavier retirou quase todas as suas convicções do passado histórico de Minas Gerais. A noção de riqueza advinha do fausto mineralógico, vivenciado nas Minas por mais de

cinquenta anos, até que o declínio da extração de ouro viesse modificar as bases econômicas da capitania. Já o tema do pauperismo, vinculado aos abusos da burocracia, retroalimentava um tópico discursivo extremamente comum às murmurações mineiras do século XVIII. Artur de Sá e Meneses, governador do Rio de Janeiro, e primeira autoridade portuguesa a pisar o solo aurífero, em fins do século XVII, retirou-se farto de ouro para o reino. Durante a centúria, centenas de funcionários repetiram a mesma estratégia do pioneiro. Dom Lourenço de Almeida, governador na década de 1720, levou esta prática às últimas conseqüências, levantando vozes satíricas, que o acusavam de enriquecer ilicitamente e de empobrecer, com sua ganância, os vassalos locais. Seu enterro simbólico lembrou que a autoridade, agindo com tirania, transformara os habitantes em escravos. Sua morte fantasiada deixou por testamento uma carta de alforria, libertando os súditos (cativos) mineiros.⁸⁷ Em 1789, Tiradentes utilizou a mesma metáfora, enfatizando que o Visconde de Barbacena açoitava os moradores, quais cativos, deixando-os a chorar “como os negros”.

Conjugando estes dois argumentos, e reelaborando-os a seu modo, Joaquim José chegava, enfim, ao ponto alto de suas mensagens: a urgência de uma revolta restauradora. O processo histórico de Minas Gerais refletiu-se nesta retórica. Seu ponto de referência encontrava-se, de fato, no passado e daí a justificativa para a regressão. Como demonstrou Maria Verônica Campos, a presença crescente do Estado português foi, a partir de 1740, fator decisivo para a transformação política da capitania. A derrocada do vocabulário contratual, que marcara as primeiras décadas do século XVIII, fez nascer uma nova mentalidade de negociação. Os súditos já não podiam reivindicar acordo com a monarquia, nem tampouco justificar primazias simbólicas, com base nas descobertas. Uma burocracia extensa e profissionalizada colocou-se como intermediária entre os vassalos e o rei, num processo que se intensificou durante o ministério pombalino. A distância em relação ao trono, antes geográfica, alongou-se ainda mais, agravada pela miríade de funcionários, barreira institucional que tornava a imagem do rei, senão apagada, certamente inalcançável.⁸⁸ Talvez, por isto, não exista nos autos da Inconfidência uma alusão sequer à antiga retórica de insubordinação, que apelava ao rei, para coibir os abusos de funcionários. Retirada a salvaguarda do soberano, nada ocupara o seu lugar, a não ser a própria burocracia.

Tiradentes atacou veementemente os principais cargos administrativos de Minas e do reino. Ouvidores, governadores, ministros e o próprio Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Ultramar, sofreram injúrias pesadas, que os maldiziam de forma extrema e desrespeitosa. Mas, curiosamente, não há uma única palavra de agravo à rainha de Portugal. Dona Maria I saiu ilesa da verborragia. Embora se possam achar motivos variados para

explicar esta lacuna, a hipótese mais coerente e a que melhor se adéqua à linguagem de Tiradentes é a de que, de alguma maneira, a imagem régia parece ter sido tomada como sinônimo da burocracia colonial, que a representava nas terras americanas. Não existiram críticas diretas à rainha porque, em 1789, a estrutura administrativa eclipsara por completo a recorrência do trono, tomando, simbolicamente, o seu lugar. Sob determinado aspecto, a distância real, levada ao paroxismo depois de décadas de crescimento do pessoal administrativo, apagara o antigo ponto de referência. Sua Majestade era apenas uma sombra, encoberta pelos corpos que dirigiam seus domínios coloniais. Ironia do destino ou consequência histórica, o incremento burocrático, que tanto auxiliara a coroa nas ações de pacificação e domínio das Minas, agora suscitava efeito inverso, corroborando motivos à crise política.

Para Tiradentes, restaurar as Minas poderia significar um retorno ao tempo de liberdade, em que a malha do Estado, diminuta, não sugasse os recursos da capitania. O regresso poria termo à miserabilidade local, fazendo cessar a fuga de suas riquezas, até então levadas por entre os dedos ladinos de governadores e de funcionários. Restaurar era o mesmo que renascer, viver de novo a infância das Minas, como um sonho mítico e saudosista. Até este ponto, a linguagem de Tiradentes era única, originária de uma mesma raiz. Retomando inquietações que sobreviviam na memória, através de histórias orais, repassadas por gerações, sua retórica articulava temas para um discurso inflamado e compreensível. O centro de sua linguagem era reminescente e, por causa disto, regressista.

O método de conversação:

Os interlocutores de Tiradentes notaram (e não deixavam de manifestar isso quando inquiridos na devassa) a desenvoltura e disposição com que ele construía seus discursos. Perceberam, sobretudo, sua *liberdade verbal*. A testemunha Simão Pires Sardinha, que, após travar conversa com Joaquim José, aconselhava às outras pessoas para que fugissem dele, destacou a “liberdade e soltura de língua com que ele [alferes] falava contra os generais e o governo; por cujo motivo entrou ele, respondente, a desviar-se dele”.⁸⁹ Para o Conde de Resende, Tiradentes movimentava-se pelo Rio de Janeiro a falar “com infinita liberdade”.⁹⁰ Outra testemunha ouviu dizer que Silva Xavier fora preso justamente porque “falava em liberdade a respeito do Governo do Ilmo. e Exmo. vice-rei do Estado, criticando algumas coisas”.⁹¹ O estalajadeiro João da Costa Rodrigues indicou que seu hóspede “falava com muita liberdade”.⁹² O advogado dos inconfidentes reconheceu que seu cliente “há muito

tempo já (...) falava com liberdade na matéria do levante”. Os depoimentos arrolar-se-iam com exaustiva repetição.⁹³

É difícil desvendar o sentido da expressão. Em 1789, o que seria, afinal, “falar com liberdade”? Ou o que significaria ter a língua solta? Parte da resposta chega quase espontaneamente. Decerto, comunicar-se com liberdade devia possuir alguma relação com a prática de falar demasiadamente, falar sem reservas nem cuidados, falar sem formalismos de ocasião ou desrespeitando regras de etiqueta. O processo civilizador, segundo Norbert Elias, estipulava certos limites e normas comportamentais, que tinham a ver com as maneiras e formas da comunicação oral.⁹⁴

Nos autos de devassa, há inúmeras censuras ao procedimento desastrado de Tiradentes, quando conversava com as pessoas. Sua desobediência aos padrões de diálogo era tão manifesta quanto o conteúdo polêmico de seus discursos. Em uma casa de ópera do Rio de Janeiro, Tiradentes teria sido recepcionado pela platéia com uma “pateada”, por causa das falas que o mesmo “andava espalhando por aquela cidade”, jurando “que ele ainda havia de fazer feliz a América, e muito mais aquela cidade”. Os circunstantes “riram” da brincadeira.⁹⁵ Na vila de São José, causou reparo a forma como Silva Xavier abordara o sargento-mor Antônio de Afonseca Pestana: encontrando-o no meio da rua, à luz do dia, “sem ter com ele conhecimento maior, o entrou a seduzir e convidar para o dito levante”. As pessoas que presenciaram este fato ou souberam dele entendiam que Tiradentes “era um louco”, por arriscar-se, publicamente, daquela maneira.⁹⁶ Novamente no Rio, o ajudante João José Nunes Carneiro também estranhou o comportamento de Silva Xavier, que lhe dirigira discursos, “sem ter comigo amizade, menos qualidade alguma de experiência, pois nunca nos correspondemos”. Mesmo não tendo intimidade com o ajudante, “chegou a tocar em tais proposições e a retirar-se quando quis, sem me recomendar segredo ao menos, nem mostrar temor de mim pela inconcordância”. Por isto, João José Nunes tinha-o no “conceito de louco”.⁹⁷

No entanto, muito mais que a inobservância de normas comportamentais, a liberdade verbal compreendia também outros fatores, como o conteúdo das mensagens e a sua recepção. Em boa medida, a notoriedade alcançada pelos discursos de Tiradentes vinculava-se ao sentimento com que seus interlocutores julgavam as matérias conversativas. Depoimentos revelam que, quando instigadas por suas palavras, muitas pessoas tenderam a evitar qualquer tipo de conversação, alegando que sobre aqueles assuntos *não se devia falar*. Surgem traços de um silêncio socialmente reconhecido. A temática do silêncio, ultrapassando o elemento repressivo da devassa, perpassou todas as comunicações em que determinados tipos de

discurso apareciam. Ao se perscrutar estes diálogos, detêm-se a impressão de que, no instante mesmo em que extravasava suas críticas políticas, Tiradentes era visto por seus interlocutores como se estivesse a praticar ato proibido e, em todo caso, religiosamente condenável.

Todo o problema parecia residir na exteriorização pública de opiniões políticas particulares. Seja com relação às maledicências sobre os governadores, à temática da riqueza ou mesmo – dramaticamente – à idéia do levante, a liberdade discursiva de Tiradentes foi considerada publicamente relevante na mesma medida em que o silêncio moral em torno destas questões havia sido rompido por suas palavras. Uma das testemunhas, ao ouvi-las, teria começado “a asperamente repreender a temerária ousadia com que ele, dito Alferes, falava mal de todos, e ainda dos Excelentíssimos Senhores Generais, fazendo-lhe conhecer quão pouco eram racionais as suas expressões”.⁹⁸ E, de fato, as expressões de Tiradentes deviam ser consideradas irracionais, num mundo oficialmente reconhecido por meio do silêncio; universo dentro do qual as opiniões políticas dos súditos teriam de ser suprimidas, ou retidas ao “foro íntimo” individual, sem jamais atingir a esfera pública da sociedade, de forma que a vivência da política fosse concedida exclusivamente às mãos da monarquia.⁹⁹ Ao agir daquela maneira, exteriorizando suas convicções políticas em meio à sociedade, Silva Xavier infringia escandalosamente as normas jurídicas e morais do Antigo Regime.

A liberdade verbal, por fim, explica a extraordinária quantidade de citações feitas à figura de Tiradentes nos autos judiciais. Posteriormente, estando já indiciado, ele mesmo se surpreenderia por “ter visto que não tem escapado o mínimo passo, que o respondente desse, que não tenha sido sabido pelo juiz desta devassa, e por isso se persuadiu que assim queria Deus, que se soubesse”.¹⁰⁰ A necessidade de falar, tão entranhadamente presente em sua personalidade, estabeleceu os desígnios de sua punição, senda esta, até mesmo por ele, interpretada sob o prisma de uma providência religiosa. Foi baseando-se nestes indícios que os juízes do processo puderam lhe imputar a escandalosa atividade com que ele “convidava a todos quantos podia tão alucinadamente, que nem escolhia pessoas nem ocasião”.¹⁰¹

Estando preso há mais de oito meses, e negando até então todas as acusações, Tiradentes, em sua quarta inquirição, no dia 18 de janeiro de 1790, finalmente abriu o jogo perante os juízes da devassa. Além de esmiuçar os planos da conjuração, ele reverteu para si toda a culpa, confessando “ter sido quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse”. Justificou que sua revolta nascera dos sentimentos de desespero e de frustração, ocasionados “por ter sido preterido quatro vezes” na carreira militar. Prestimoso nos serviços mais difíceis e penosos, nem por isto alcançara promoções ou reconhecimento, pois para o “aumento de postos achavam a outros, que só podiam campar por mais bonitos, ou por terem

comadres, que servissem de empenho”.¹⁰²

Tiradentes refez, em depoimento, sua própria trajetória discursiva. Perante os juízes, esclareceu com quem e de que forma encaminhara suas conversações. Como estivesse designado para a campanha publicitária do levante, no objetivo de capacitar e seduzir “as pessoas que pudesse, para entrarem na sublevação”, Silva Xavier descreveu a maneira pela qual elaborou seu “método de conversação”.¹⁰³ Explicou que, para “falar a algumas pessoas”, utilizara-se da “arte, que lhe parecia necessária conforme os caracteres delas, e aproveitando as ocasiões, que se lhe ofereciam para isso”.¹⁰⁴ Passou então a circunstanciar as ocasiões e as pessoas perante as quais julgara apropriado difundir seus discursos.

Seu primeiro momento discursivo se dera no Rio de Janeiro, em agosto ou setembro de 1788, no encontro que teve com o jovem José Álvares Maciel, estudante que há pouco regressara da Inglaterra. Segundo afirmou, Maciel lhe disse que “os nacionais desta América não sabiam os tesouros que tinham, e que podiam aqui ter tudo se soubessem fabricar”. Em seguida, Tiradentes direcionou o diálogo para “falar dos governos, e [de] como vexavam os povos, e que também ele era um dos queixosos”.¹⁰⁵ Aparentemente, esta conversa com Maciel exerceu influência considerável na retórica do rebelde. A partir dela, a temática da riqueza mineralógica fixou-se em suas falas.

A segunda ocasião ocorrera quando da viagem de volta a Vila Rica, ainda no segundo semestre de 1788. Tiradentes pousara na fazenda de José Aires Gomes, na Borda do Campo, onde teria conversado com o proprietário a respeito das qualidades do novo governador de Minas, o Visconde de Barbacena. Silva Xavier disse ao fazendeiro que, se o general fosse pior que Luís da Cunha Meneses, governante precedente, tanto melhor para os objetivos da revolta. Desta forma, seria mais fácil pôr fim aos governos, que só vinham para a colônia “ensopar-se em riquezas de três em três anos”. O enriquecimento ilícito da burocracia marcava temática constante de sua linguagem.¹⁰⁶

Continuando seu relato, Tiradentes menciona que logo adiante, na fazenda do Registro Velho, encontra o padre Manuel Rodrigues da Costa, com quem dialogou aplicando “o mesmo método de conversação”.¹⁰⁷ Terminada a viagem, suas prosas acontecem nas vilas mineiras, principalmente Vila Rica. Ali, o alferes avistou-se com José Joaquim da Rocha e, por sabê-lo “curioso de mapas”, pergunta-lhe pelo montante populacional de Minas. Obtendo de Rocha o cálculo de “trezentas e tantas mil” pessoas, Tiradentes replica “que com tanta gente bem se podia fazer uma república”.¹⁰⁸ Fixava-se o conceito demográfico enquanto idéia subsidiária da revolta.

Outro diálogo no cenário de Vila Rica sucede com o prático de cirurgia Salvador

Carvalho do Amaral Gurgel. Nesta conversa,

dizendo-lhe o dito Salvador do Amaral que era do Rio, donde tinha ido perseguido pelo Ouvidor desta comarca; ele Respondente, então, aproveitando a ocasião, vendo que ele era dos escandalizados, lhe disse que todos [os ministros] faziam o que queriam, e que tanto haviam de apertar com a gente, que desesperados haviam de fazer algum levante, e estabelecer uma República.¹⁰⁹

Mais uma vez, toma corpo o tópico maledicente da burocracia. Atente-se para a expressão: “aproveitando a ocasião”. Percebendo que seu interlocutor também nutria ressentimentos a um ministro local, e que era, portanto, “dos escandalizados”, Tiradentes desenvolve sua argumentação típica, enfatizando os desdouros da administração. Embora não confesse isto em seu depoimento, Silva Xavier aplicou a mesma tática com diversas pessoas. Captando as desavenças, ele explorou, sistematicamente, a miríade de conflitos pessoais, que opunham os indivíduos à malha de funcionários do Estado.

Em março de 1789, Joaquim José empreende nova viagem ao Rio de Janeiro. O trajeto até o litoral foi pontuado por eloquência e persuasão. Em seu depoimento, Tiradentes explicou que “no caminho não deixou de falar, quando se lhe ofereceu ocasião, e se falava em derrama”.¹¹⁰ Assim procedeu com João Dias da Mota, interpelando-o “com o motivo de tratarem a respeito da derrama”. Sobre a cobrança, vaticinou que os mandatários do fisco “iam apertando tanto com o povo, que ainda este, desesperado, havia de fazer algum levante, e estabelecer a república”.¹¹¹ Depreende-se que tanto neste discurso, pautado sobre a derrama, quanto na fala anterior, feita a Salvador do Amaral Gurgel e que maldizia os funcionários, a idéia de “aperto” sobre o “povo” ou sobre a “gente” fornece o gancho conclusivo para justificar a revolta. Também surge em ambas a noção de “desespero”, sentimento nocivo que estaria contagiando o *povo* colonial. Os abusos da administração e a ameaça da derrama, enquanto temáticas correlatas, desencadeavam, portanto, conseqüências equiparáveis.

As conversas com Salvador Gurgel e João Dias da Mota são sintomáticas da metodologia comunicativa seguida pela personagem. Os dois diálogos ilustram sua “arte” da conversação, revelando a maneira como ele, julgando as ocasiões e as pessoas, serviu-se de estratégias ligados ao cotidiano de conflitos da América Portuguesa. Intuindo os sujeitos *escandalizados* ou aproveitando o calor político da derrama, Joaquim José trabalhou o tema do *desespero* para justificar a causa do motim. É preciso lembrar que Tiradentes fundamentava sua inquietação julgando-se, a si próprio, “desesperado”, pelo preterimento na carreira militar. Para o rebelde, a tarefa de persuasão política parecia depender das insatisfações, do descontentamento e do desespero cotidianos, que afligiam os indivíduos da

sociedade. Em passagem lapidar, o réu confessou as armas de seu crime: “o modo por que falou nisso foi dizendo que o povo de Minas estava em desesperação, por lhe quererem lançar a derrama, e que era muito má política o vexar os povos”.¹¹²

Tiradentes fez-se o estereótipo do súdito inconformado e desajustado com os padrões da monarquia portuguesa de Antigo Regime. O modelo imperial lusitano inculcava valores sociais, morais e religiosos, que o vassalo devia introjetar em sua consciência. O aceite da religiosidade cristã, das hierarquias de grupo, das distinções baseadas na profissão, religião e na pureza de sangue era condição obrigatória para a manutenção das relações sociais. Embora fornecessem a base de aglutinação dos súditos portugueses, estes valores também funcionavam como elemento de dispersão e marginalização dos indivíduos não alinhados à regra. Como frisou Maria Verônica Campos, pessoas que percebessem limitadas as suas chances de ascensão ou que não as desejassem “tendiam para a marginalidade ou a revolta”.¹¹³

Nas proximidades de 1789, Tiradentes duvidou de todos os paradigmas de sustentação da monarquia portuguesa. Sua frustração na carreira militar redundou em crítica ácida do modelo de ascensão social. Ele praguejou contra as clientelas, que concediam privilégios às pessoas detentoras de “comadres” e padrinhos. Posto fosse um crente convicto, sua religiosidade católica estava longe de ser ortodoxa. Algumas testemunhas acusaram sua devassidão de costumes. Para Francisco Xavier Machado, Tiradentes tinha “pouca religião” e “más entranhas”.¹¹⁴ Além disto, Silva Xavier possuía conhecimentos de medicina curativa, saber que, à época, podia colaborar para o desvio na conduta religiosa.¹¹⁵ Embora todos estes desajustes ainda não fossem suficientes para transformar um súdito fiel em rebelde, eles certamente pesaram na formação do conjurado, influenciando sua descrença no modelo político de seu tempo.

Talvez, por isto, Tiradentes tenha preferido transmitir seus discursos ante pessoas que, assim como ele, também possuíam desajustes com o sistema social. A incursão publicitária por tavernas e casas de meretrizes é simbólica deste raciocínio. A vivência do *desespero* fundamentou sua campanha lingüística. Atuando entre a massa de despossuídos, entre a gente pobre e queixosa, Tiradentes percorreu um dos espaços políticos que havia se formado em Minas, a partir da segunda metade do século XVIII. As críticas retidas e abafadas no cotidiano forneciam-lhe a brecha, que ele acreditava capaz de empurrar os indivíduos para a revolta.

Tiradentes entre a fala e a leitura.

Em seu núcleo, a linguagem de Tiradentes possuía uma mesma e única raiz, que se

originava do passado murmurativo de Minas. As andanças do “semi-clérigo” pelo submundo comunicativo da capitania indicam a sua inserção naquele universo oral – onde nasciam os boatos e as murmurações. Também os temas que nortearam seus discursos advinham de vocabulário político preexistente. Silva Xavier, de fato, dominava os recursos retóricos de um discurso reminescente, transmitido através da oralidade. Por meio desta linguagem, obteve consciência dos problemas que afetavam, desde longa data, a relação dos súditos mineiros com o governo das Minas.

As maledicências sobre a atuação dos governadores, as acusações de despotismo e de insolências a terra, os boatos depreciativos, tudo isto faz lembrar uma história em longa duração na capitania do ouro. Nesta história, são divulgadas as críticas políticas, veiculadas pela linguagem oral, às formas de exercício do poder no Antigo Regime. Se grande parte dos motins ou sublevações ocorridos no Brasil durante a Época Moderna fez-se acompanhar de murmurações referentes à atuação dos funcionários régios, aos abusos de poder ou aos arrochos da carga fiscal, em 1789, todos estes fatores estiveram presentes, sendo pronunciados e explorados pela língua mordaz de Silva Xavier.¹¹⁶

Entretanto, Tiradentes não foi apenas reproduzidor de um discurso repisado. Sua linguagem oral não esteve alheia a contatos e influências externas. Ao contrário, ele criativamente recolheu e conjugou entre si elementos diversos, que tinham a ver com sua habilidade de síntese e de inovação. Seus discursos também inseriram novidades no vocabulário político de seu tempo. Embora existam outros exemplos disto, nenhum deles possuía tanta originalidade quanto a idéia de ruptura política entre as Minas e Portugal. Esta idéia concluía o núcleo temático de sua linguagem e, no entanto, destoava dele. Joaquim José da Silva Xavier foi o primeiro sujeito histórico de Minas a pronunciar, em público e de maneira articulada, argumentos justificadores de um rompimento dos laços colônias, que ligavam as Minas ao império português. Foi a primeira pessoa da capitania a proferir, em voz alta, e com um sentido próximo ao que conhecemos hoje, a palavra “independência”. O argumento inédito veio à tona e só precariamente se coadunava aos argumentos anteriores. Isto porque, ao inserir sua conclusão de ruptura, Tiradentes extrapolava os limites de sua própria linguagem, para inserir nela um conteúdo novo, que lhe viera de outra fonte.

O alferes sabia ler e escrever em língua portuguesa. Nunca passara por uma universidade, nem tampouco freqüentara escola, mas fora alfabetizado, ainda criança, por seu padrinho Sebastião Ferreira Leitão, um cirurgião-dentista registrado, que lhe ensinara também as artes do ofício odontológico.¹¹⁷ Quando preso em 1789, o seqüestro de seus bens levantou a posse de quatro livros, mas não mencionou títulos ou autores.¹¹⁸ Da cultura letrada e do

contato que teve com ela, Tiradentes absorveu e processou conteúdos alheios ao universo oral e analfabeto, que dominava amplamente o meio social de Minas e da colônia. Às vésperas de sua detenção, solicitava traduções de trechos da obra *Recueil des Loix Constitutives des Colonies Angloises*, símbolo da independência norte-americana. Indício significativo do nível de seu contato com a leitura em português, ele pedia traduções escritas e não recitativos orais.

A tese de ruptura política com Portugal veio, então, de forma dramática e polêmica. A proposta de independência, mesmo confusa e incerta no interior da documentação, se enxertou na linguagem oral de Tiradentes, sob a influência letrada da ruptura anglo-americana. Não só o *Recueil* esteve na base desta introjeção. Há indícios de que Silva Xavier também tivera contato com a *Histoire des deux Indes*, do *abbé* Raynal.¹¹⁹ Não se trata aqui de afirmar que Silva Xavier defendesse a instauração de um regime republicano e sim de apontar para o fato de que, ao comparar a idéia do levante mineiro com o que acontecera na América Inglesa, ele introduzia um novo elemento político ao conteúdo de seus discursos.

De todos os temas veiculados na retórica de Tiradentes, apenas o seu desfecho e conclusão advinham de um vocabulário inédito. À linguagem de tradição oral, Silva Xavier inseriu tópico que não se originava de conversas cotidianas, em tabernas ou casas de meretrizes. O novo componente político, diferente do antigo enredo oral, mesclou-se com ele, rastreando de pólvora uma bomba lingüística sem precedentes. A língua de Tiradentes parece ter proposto um tipo de ruptura política que já não se justificava somente através dos argumentos tradicionais de crítica política, embora se baseasse neles até o último passo. Ultrapassando a velha fórmula de ataque ao mau governo e de preservação da soberania régia, o exemplo da América Inglesa sugeria que aqueles itens de descontentamento poderiam, *agora*, justificar uma ruptura completa dos laços políticos que ligavam as Minas ao império português.

Expressando, com isto, um novo “lance” lingüístico, a referência à independência dos norte-americanos talvez tenha provocado, nos ouvintes de Tiradentes, uma espécie de estranhamento comunicativo, como estivessem diante de um argumento inusitado ou desconhecido, no interior da linguagem oral de protesto das Minas.¹²⁰ É plausível imaginar que isto tenha feito cair em incompreensão muitas das mensagens exaradas por Silva Xavier. Estranho aos ouvidos costumeiros das pessoas, este novo elemento pode ter ajudado a fixar a imagem negativa, com a qual ele foi muitas vezes descrito por seus interlocutores. Uma das testemunhas, ao qualificá-lo publicamente como “louco”, emendou logo o motivo: “a razão por que o tratavam de louco” era por “ele lhes estar dizendo que os povos de Minas podiam viver independentes de Portugal”.¹²¹ Mas não foi só. “Rústico e atroado”, “doido e

endemoninhado”, “doido varrido” são algumas das palavras empregadas para caracterizá-lo em seu refugio.¹²²

Tiradentes vivenciou intensamente o universo da linguagem oral de seu tempo. Conheceu os conteúdos de protesto geralmente veiculados no interior desta linguagem. Adotou-os. Utilizou-se deles, em contínuas atividades de comunicação. Tornou-se um “semi-clérigo” a pregar sua insatisfação pelos cantos de Minas. Como já se disse na época, “sua língua o tinha perdido”.¹²³ Porém, seu pensamento não usufruiu unicamente da fonte de palavras orais. Através da leitura, ele pôde alcançar idéias estranhas ao tradicional universo do ouvir dizer. No estreito canal por onde caminhavam as insatisfações de seu tempo, ele deu passo largo e perigoso. Muitos o escutaram, poucos o compreenderam totalmente. Acabou por se perder, entregue pelas próprias palavras. Mas a meada de seus pensamentos, como ele próprio profetizara, ainda não se desfez.

* Com ligeiras modificações, este artigo é parte de minha dissertação de mestrado, intitulada *Palavras no Chão: murmurações e Vozes em Minas Gerais no século XVIII*, defendida em abril de 2008 junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Agradeço ao professor Guilherme Pereira das Neves, que orientou a realização do trabalho; às professoras Maria Beatriz Nizza da Silva e Laura de Mello e Souza e ao professor Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, integrantes da banca avaliadora. Agradeço, por fim, à Fundação de Amparo da Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), financiadora da pesquisa.

¹ Quentin Skinner. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. de R. Janine Ribeiro e L. T. Motta. São Paulo, Cia das Letras, 1996 e J. G. A. Pocock. *Linguagens do ideário político*. Trad. de Fábio Fernandez. São Paulo, EDUSP, 2003.

² John. G. A. POCOCK. *Linguagens do ideário...* p. 28.

³ Veja-se Hans-Georg Gadamer *O problema da consciência histórica*. Trad. de Paulo C. D. Estrada. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁴ PERGUNTAS a João da Costa Rodrigues. ADIM (*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*). Brasília/Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1976-2001, 11 vs.,; v. 1, p. 230-1. Grifo meu.

⁵ Rosário VILLARI “Revoluciones periféricas y declive de la Monarquía Española” In: J. H. ELLIOTT (org) *1640: La Monarquía Hispánica en Crise*. Barcelona, Centre D’estudis D’história moderna Pierre Vilar, Editorial Crítica, 2002. p. 169-182. Luciano FIGUEIREDO. “Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do Rio São Francisco, Minas Gerais -1736”. *Revista Oceanos*, n. 40 “Fronteiras do Brasil Colonial”. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Dezembro de 1999, p. 128-144; Carla ANASTASIA. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. C/ Arte, 1998.

⁶ Laura de Mello e SOUZA. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986, p. 21.

⁷ PERGUNTAS ao capitão Vicente Vieira da Mota. ADIM, v. 1, p. 155-6.

⁸ INQUIRIÇÃO do Côn. Luís Vieira da Silva. ADIM, v. 2, p. 147.

⁹ PERGUNTAS a José Joaquim da Rocha. ADIM, v. 4, p. 116.

¹⁰ “As tavernas eram espaços propícios à divulgação de idéias, sendo que algumas delas também funcionavam como prostíbulos e local de encontro de homens e mulheres, o que evidentemente favorecia o estreitamento de relações as mais variadas: afetivas, comerciais, ilícitas”. Liana Maria REIS “Minas armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista”. *Varia História*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, n. 31, Jan./2004, p. 184-206; p. 203.

¹¹ Uma nota do comentador dos Autos, Tarquínio J. B. de Oliveira, alude ao significado do termo: “Pilata significa a pia de água benta, ‘onde todos botam a mão’”. ADIM, v. 1, p. 184. As três mulheres são as testemunhas de número 17, 18 e 19 da devassa conduzida em Minas Gerais.

¹² PERGUNTAS a José Vicente de Moraes Sarmento. ADIM, v. 1, p. 184.

¹³ Analisando os espaços de sociabilidade e comunicação da Inconfidência, Luiz Carlos Villalta e André Pedroso Becho descreveram a casa de João Rodrigues de Macedo como um dos pontos de encontro dos inconfidentes, onde alguns assuntos da rebelião teriam sido discutidos oculta e sigilosamente. No entanto, escapou dos

historiadores a outra dimensão interativa da casa, que extrapolava de muito as esparsas reuniões conspiratórias. “Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira”. In: Maria Efigênia Lage de RESENDE e L. C. VILLALTA (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007, v. 2, p. 555-578.

¹⁴ Para Vila Rica, ainda há nos autos a referência à loja do mercador Antônio Ferreira: “... somente sabe por ouvir dizer em certa ocasião, saindo da loja do mercador Antônio Ferreira, logo na entrada de um beco ali vizinho, a uns homens que estavam conversando juntos, e isto na véspera justamente em que foi preso o Desembargador Gonzaga, que um Alferes do Regimento Pago, por nome Joaquim José da Silva, por alcunha o Tiradentes, andava dizendo que esta terra seria bem governada, erigindo-se em república; e que depois também ouvira dizer, sem se lembrar a quem, que o mesmo Tiradentes recomendara a um homem do Caminho por nome fulano Pires, que trouxesse bem pólvora para Minas.” PERGUNTAS a Joaquim de Lima e Melo. ADIM, v. 1, p. 182.

¹⁵ INQUIRIRÃO de Basílio de Brito Malheiro, testemunha referida no depoimento de Francisco Antônio de Oliveira Lopes. 28 de julho de 1791. ADIM, v. 5, p. 295.

¹⁶ ABERTURA. ADIM, v. 4, p. 20.

¹⁷ PERGUNTAS a Vitoriano Gonçalves Veloso. ADIM, v. 1, p. 211.

¹⁸ PERGUNTAS a Teotônio... ADIM, v. 1, p. 217-8.

¹⁹ CONFRONTAÇÃO do Pe. Manuel Rodrigues da Costa com José Aires Gomes. ADIM, v. 2, p. 434.

²⁰ CONFRONTAÇÃO do Pe. Manuel... ADIM, v. 2, p. 435.

²¹ Jean DELUMEAU. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800; Uma cidade sitiada*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989, p. 191.

²² Nas palavras de Tiradentes, o medidor Antônio de Oliveira Lopes “era um pobre homem a quem ele Respondente favorecia e lhe fazia os gastos na jornada”. ADIM, v. 5, p. 44.

²³ INQUIRIRÃO de Antônio de Oliveira Lopes. 1º de agosto de 1789. ADIM, v. 2, p. 264.

²⁴ PERGUNTAS ao Capitão Vicente Vieira da Mota. ADIM, v. 1, p. 156.

²⁵ PERGUNTAS a Antônio de Afonseca Pestana. ADIM, v. 1, p. 168.

²⁶ INQUIRIRÃO Antônio de Oliveira Lopes. ADIM, v. 2, p. 262.

²⁷ Veja-se Fernando NOVAIS. “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII.” *Revista de História*, 33(67), 1966, p. 145-166. João FRAGOSO, Manolo FLOENTINO e Sheila de Castro FARIA. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Atual, 1998, p.94.

²⁸ EXPOSIÇÃO do Governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Geraes e meios de remediá-lo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 2, 1897, p. 311-327.

²⁹ Segundo afirmou Márcio JARDIM, Tiradentes “tinha noções econômicas – sabia que, sendo o Brasil independente, poderia facilmente substituir as importações por produtos aqui mesmo fabricados, sendo especialmente fácil a montagem de siderúrgicas, indústrias têxteis e o desenvolvimento do extrativismo mineral.” *A Inconfidência Mineira: uma...* p. 74

³⁰ CARTA do Ajudante João José Nunes Carneiro. ADIM, v. 4, p. 40. Grifo meu.

³¹ PERGUNTAS a Vicente Vieira da Mota. ADIM, v. 4, p. 120. Grifo meu.

³² CARTA-DENÚNCIA de Antônio de Afonseca Pestana contra Tiradentes. ADIM, v. 2, p. 461.

³³ INQUIRIRÃO do Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada. ADIM, v. 5, p. 174.

³⁴ “Entre ‘fábrica’ e ‘manufatura’ a distinção não era nítida na época, em Portugal, até porque ali se desconhecia a maquinofatura, característica específica do sistema fabril. Moraes, na primeira edição de seu dicionário(1789) define fábrica como a ‘casa onde se trabalha e fabrica v.g. panos, chapéus, sedas e outras manufaturas’, e manufatura ‘fábrica e oficina de artefatos v. g. de lanifícios, de sedas, chapéus, panos’, acrescentando que manufatura significa também a ‘obra feita nelas e neste sentido é mais usual.” Fernando NOVAIS. “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII.” *Revista de História*, 33(67), 1966, p. 148.

³⁵ Raphael BLUTEAU. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.

³⁶ Sérgio Buarque de HOLANDA. “Metais e Pedras Preciosas”. In: ____ (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, v. 2, p. 327-28.

³⁷ Maria de Fátima Silva GOUVÊA. “Ofícios Mecânicos”. In: Ronado VAINFAS (org) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 435.

³⁸ PERGUNTAS a Teotônio... ADIM, v. 1, p. 217-18.

³⁹ PERGUNTAS a José de Vasconcelos Parada e Sousa. ADIM, v. 1, p. 173

⁴⁰ PERGUNTAS a José Antônio de Melo. ADIM, v. 1, p. 183.

⁴¹ PERGUNTAS a Pedro Afonso Galvão de São Martinho. ADIM, v. 1, 223-4.

⁴² PERGUNTAS a Basílio de Brito Malheiro do Lago. ADIM, v. 1, p. 229.

⁴³ Capistrano de ABREU. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 242.

⁴⁴ Esta discussão conceitual a respeito da mineração estender-se-ia até os primeiros anos do século XIX,

permeando setores do reformismo ilustrado português. Ver: Maria Beatriz Nizza da SILVA “Cultura Política”. *A Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 183-228.

⁴⁵ CARTA da comarca de Villa Rica sobre a derrama. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 4, 1899, p.788-89.

⁴⁶ PEGUNTAS a Francisco Xavier Machado ADIM, v. 1, p. 189

⁴⁷ Há muitas passagens alusivas a este encadeamento temático, envolvendo a riqueza e o projeto de levante. Cito apenas alguns: “disse o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, que as Minas podiam ser um país livre e independente de Portugal, suposta a sua fertilidade e riqueza”. INQUIRIÇÃO do padre Carlos Correia de Toledo e Melo. ADIM, v. 5, p. 141. “(...) continuou o dito alferes a ponderar as circunstâncias do país, a sua riqueza, e que não podia haver dúvida em se sustentar independente”. INQUIRIÇÃO do Padre José da Silva e Oliveira Rolim ADIM, v. 5, p. 346. “(...) dizendo-lhe [Tiradentes] que intentava pôr em liberdade as Minas, e reduzi-las a uma República, como fizeram os americanos ingleses; exagerando a riqueza e fertilidade das Minas, e de poderem subsistir por si”. INQUIRIÇÃO de Vicente Vieira da Mota. ADIM, v. 5, p. 406. “(...) [Tiradentes disse] que as Minas podiam ser uma Europa, porque tinham em si tudo quanto era preciso, ferro, aço, ouro e diamantes”. INQUIRIÇÃO de João da Costa Rodrigues. ADIM, v. 5, p. 428. “O alferes da tropa paga de Minas Joaquim José da Silva Xavier foi quem espalhou a sediciosa proposição, de que podiam as Minas ser independentes, livres da sujeição real, e uma república, porque tinham em si todas as riquezas, todas as produções”. OFÍCIO do Des. José Pedro Machado Coelho Torres ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos. ADIM, v. 7, p. 29.

⁴⁸ CARTA-DENÚNCIA de Basílio de Brito Malheiro do Lago. ADIM, v. 1, p. 103-4.

⁴⁹ PERGUNTAS a Francisco Xavier Machado. ADIM, v. 1, p. 189.

⁵⁰ PERGUNTAS a Jerônimo de Castro e Sousa. ADIM, v. 4, p. 57.

⁵¹ ADIM, v. 1, p. 103-4, 183, 223-4.

⁵² ADIM, v. 1, p. 173, 208, 229

⁵³ Laura de Mello e SOUZA. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no Setecentos*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986. Nesta obra, a autora faz menção aos discursos de Tiradentes a respeito da pobreza em Minas. Para a historiadora, Tiradentes justificava a miséria mineira recorrendo à transferência de riquezas da colônia para a metrópole. “A idéia de que a riqueza, drenada para fora engendrava pobreza, acha-se presente em tudo quanto de subversivo se imputou ao alferes (...) A riqueza enganadora (...) aparecia em toda a sua transparência, uma vez desvelada a sua verdadeira função: propulsionar a acumulação primitiva nos centros hegemônicos europeus na época do Antigo Sistema Colonial”; p. 41-42.

⁵⁴ PERGUNTAS a Pedro Afonso Galvão de São Martinho. ADIM, v. 1, p. 223-4.

⁵⁵ PERGUNTAS a José de Vasconcelos Parada e Sousa. ADIM, v. 1, p. 173.

⁵⁶ PERGUNTAS a Florêncio José Ferreira. ADIM, v. 1, p. 312.

⁵⁷ PERGUNTAS ao reverendo padre Manuel Rodrigues da Costa. ADIM, v. 1, p. 200-1.

⁵⁸ PERGUNTAS a José de Vasconcelos Parada e Sousa. ADIM, v. 1, p. 173.

⁵⁹ CARTA-DENÚNCIA de Basílio de Brito Malheiro do Lago. ADIM, v. 1, p. 96.

⁶⁰ PERGUNTAS a José Aires Gomes. ADIM, v. 1, 250.

⁶¹ CARTA-DENÚNCIA de Basílio de Brito... ADIM, v. 1, p. 103-4.

⁶² PERGUNTAS a Basílio de Brito... ADIM, v. 1, p. 229.

⁶³ NOTA de Tarquínio J. B. de Oliveira. ADIM, v. 1, p. 154.

⁶⁴ PERGUNTAS ao capitão Vicente Vieira da Mota. ADIM, v. 1, p. 157.

⁶⁵ INQUIRIÇÃO de João da Costa Rodrigues. ADIM, v. 5, p. 428

⁶⁶ INQUIRIÇÃO de Joaquim José da Silva Xavier. ADIM, v. 5, p. 33.

⁶⁷ INQUIRIÇÃO de Manuel José de Miranda. ADIM, v. 5, p. 87.

⁶⁸ INQUIRIÇÃO do tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrada. ADIM, v. 5, p. 181.

⁶⁹ INQUIRIÇÃO do coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes. ADIM, v. 5, p. 287.

⁷⁰ INQUIRIÇÃO de Joaquim José da Silva Xavier. ADIM, v. 5, p. 36

⁷¹ INQUIRIÇÃO de Inácio José de Alvarenga. ADIM, v. 5, p. 118.

⁷² Kenneth MAXWELL. *A devassa da devassa...* p. 153. Laura de Mello e SOUZA. *Desclassificados do ouro...* p. 41.

⁷³ CARTA-DENÚNCIA de Basílio de Brito... ADIM, v. 1, p. 103-4.

⁷⁴ INQUIRIÇÃO de Manuel Rodrigues Soares. ADIM, v. 5, p. 489.

⁷⁵ INQUIRIÇÃO de José Aires Gomes. ADIM, v. 5, p. 471.

⁷⁶ ADIM, v. 1, pp. 103-4, 229.

⁷⁷ Carlos Guilherme MOTA. *A Idéia de Revolução no Brasil, 1789-1801: estudo das formas de pensamento*. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1989.

⁷⁸ CARTA-DENÚNCIA de Basílio de Brito... ADIM, v. 1, p. 103-4.

⁷⁹ PERGUNTAS a Antônio de Afonseca Pestana. ADIM, v. 1, p. 168.

-
- ⁸⁰ PERGUNTAS a Francisco Xavier Machado. ADIM, v. 1, p. 189.
- ⁸¹ PERGUNTAS a Basílio de Brito... ADIM, v. 1, p. 229.
- ⁸² PERGUNTAS a José Aires Gomes. ADIM, v. 1, p. 250.
- ⁸³ PERGUNTAS a Pedro de Oliveira e Silva. ADIM, v.1, p. 307-8.
- ⁸⁴ INQUIRIRÃO de Joaquim José da Silva Xavier. ADIM, v. 5, p.36.
- ⁸⁵ INQUIRIRÃO de Cláudio Manuel da Costa. ADIM, v. 2, p.132.
- ⁸⁶ RESUMO da devassa por José Caetano César Manitti, escrivão da mesma. ADIM, v. 8, p. 261.
- ⁸⁷ Adriana ROMEIRO. “O enterro satírico de um governador: festa e protesto político nas Minas setecentistas”. In: István JANCSÓ e Íris KANTOR (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial, Hucitec, Edusp, Fapesp, 2000, v. 1, p. 301-309.
- ⁸⁸ Maria Verônica CAMPOS. *Governo de Mineiros: de como meter as minas numa moenda e retirar-lhe o caldo dourado – 1693-1737*. Tese de doutoramento. FFLCH/ USP. 2002, p. 376.
- ⁸⁹ PERGUNTAS a Simão Pires Sardinha. ADIM, v. 3, p. 460.
- ⁹⁰ CARTA do Conde de Resende ao Ministro Martinho de Melo e Castro. 2 de maio de 1794. ADIM, v. 7, p. 395.
- ⁹¹ PERGUNTAS a Manuel Joaquim de Sá Pinto Rego Fortes. ADIM, v. 4, p. 75.
- ⁹² PARTE de Basílio de Brito... ADIM, v. 2, p. 450.
- ⁹³ ADIM, v. 2, p. 434; v. 3, p. 459; v. 4, p. 120.
- ⁹⁴ Norbert ELIAS. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v. 1.
- ⁹⁵ PERGUNTAS a José Joaquim da Rocha. ADIM, v. 1, p. 165.
- ⁹⁶ INQUIRIRÃO do Padre José Lopes de Oliveira. ADIM, v. 3, p. 196.
- ⁹⁷ CARTA-DENÚNCIA do Ajudante João José Nunes Carneiro. ADIM, v. 4, p. 41.
- ⁹⁸ PERGUNTAS a Pedro Afonso Galvão de São Martinho. ADIM, v. 1, p. 223-4.
- ⁹⁹ Reinhart KOSELLECK. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, 1999.
- ¹⁰⁰ INQUIRIRÃO de Joaquim José da Silva Xavier. ADIM, v. 5, p. 40.
- ¹⁰¹ INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 31.
- ¹⁰² INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 32. O depoimento de uma testemunha alude ao mesmo raciocínio: “Queixando-se unicamente o dito Alferes [Tiradentes] que tinha feito muitos serviços a Sua Majestade, e que nem por isso era premiado, por cujo motivo estava desgostoso deste país (...)” ADIM, v. 1, p. 274.
- ¹⁰³ A expressão é do próprio Tiradentes, proferida em depoimento. ADIM, v. 5, p. 33.
- ¹⁰⁴ INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 38.
- ¹⁰⁵ INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 33.
- ¹⁰⁶ INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 33.
- ¹⁰⁷ INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 33.
- ¹⁰⁸ INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 49.
- ¹⁰⁹ INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 49.
- ¹¹⁰ INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 39.
- ¹¹¹ INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 49.
- ¹¹² INQUIRIRÃO de Joaquim José... ADIM, v. 5, p. 25.
- ¹¹³ Maria Verônica CAMPOS. *Governo de Mineiros...* p. 100.
- ¹¹⁴ CARTA de Francisco Xavier Machado sobre ocorrências com Tiradentes. ADIM, v. 2, p. 476.
- ¹¹⁵ Maria Beatriz Nizza da SILVA. “Cultura Letrada e cultura da oralidade no Brasil do fim do séc. XVIII e início do XIX”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII (1999), p. 561-577. I.
- ¹¹⁶ Antônio de OLIVEIRA “A revolta Popular” *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*. Lisboa, Difel, 1992, p. 161-225; Luciano FIGUEIREDO. “O Império em Apuros”. Júnia Ferreira Furtado (org.) *Diálogos Oceânicos: Minas gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001. Rosário VILLARI “Revoluciones periféricas...”.
- ¹¹⁷ Márcio JARDIM. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989, p. 63.
- ¹¹⁸ TRASLADO do seqüestro feito ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. ADIM, v. 6, p. 58.
- ¹¹⁹ Luciano Raposo de Almeida FIGUEIREDO e Oswaldo Munteal FILHO “Prefácio”. In: Abade RAYNAL (Guillaume-Thomas François Raynal). *A Revolução da América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 1-54.
- ¹²⁰ A idéia de “lance” lingüístico remete às concepções de J. G. A. POCOCK. *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo, EDUSP, 2003.
- ¹²¹ PERGUNTAS a Manuel Luís Pereira. ADIM, v. 4, p. 59.
- ¹²² FRIEIRO, “A sombra de... p. 110.

Bibliografia:

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- ANASTASIA, Carla. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte, Ed. C/ Arte, 1998.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.
- CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros: de como meter as minas numa moenda e retirar-lhe o caldo dourado – 1693-1737*. Tese de doutoramento. FFLCH/ USP. 2002.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800; Uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v. 1.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & FILHO, Oswaldo Munteal “Prefácio”. In: Abade RAYNAL (Guillaume-Thomas François Raynal). *A Revolução da América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 1-54.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do Rio São Francisco, Minas Gerais -1736”. *Revista Oceanos*, n. 40 “Fronteiras do Brasil Colonial”. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Dezembro de 1999, p. 128-144.
- _____. “O Império em Apuros”. Júnia Ferreira Furtado (org.) *Diálogos Oceânicos: Minas gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001.
- FRAGOSO, João & FLOENTINO, Manolo & FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Atual, 1998.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Ofícios Mecânicos”. In: Ronaldo VAINFAS (org) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e Pedras Preciosas”. In: ____ (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, v. 2.
- JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogeneese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, 1999.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa – a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2001.
- MOTA, Carlos Guilherme. *A Idéia de Revolução no Brasil, 1789-1801: estudo das formas de pensamento*. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1989.
- NOVAIS, Fernando. “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII.” *Revista de História*, 33(67), 1966, p. 145-166.
- OLIVEIRA, Antônio de. *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*. Lisboa, Difel, 1992.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo, EDUSP, 2003.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Cultura Letrada e cultura da oralidade no Brasil do fim do séc. XVIII e início do XIX”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII (1999), p. 561-577. I.
- _____. “Cultura Política”. *A Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 183-228.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no Setecentos*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986.

-
- _____. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- REIS, Liana Maria. “Minas armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista”. *Varia História*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, n. 31, 2004, p. 184-206.
- ROMEIRO, Adriana. “O enterro satírico de um governador: festa e protesto político nas Minas setecentistas”. In: István JANCSÓ e Íris KANTOR (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial, Hucitec, Edusp, Fapesp, 2000, v. 1, p. 301-309.
- VILLALTA, Luís Carlos. “Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira”. In: Maria Efigênia Lage de RESENDE e L. C. VILLALTA (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007, v. 2, p. 555-578.
- VILLARI, Rosário. “Revoluciones periféricas y declive de la Monarquía Española” In: J. H. ELLIOTT (org) *1640: La Monarquía Hispánica en Crise*. Barcelona, Centre D’estudis D’história moderna Pierre Vilar, Editorial Crítica, 2002. p. 169-182.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.